



Acusados de integrar Liga da Justiça no Rio pedem liberdade

A defesa de acusados de integrar a milícia “Liga da Justiça”, que controla grande parte das comunidades da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, pediu na sexta-feira (23/7) a libertação de seus clientes. O argumento foi o de excesso de prazo e falta de motivos para a segregação uma vez que a instrução criminal foi encerrada. O Ministério Público pediu prazo para apreciar a reclamação e entregar o parecer.

As milícias são grupos armados que cobram dinheiro dos moradores de favelas e da periferia para manter a ordem. As quadrilhas atuam em locais onde o poder público se faz ausente. Elas fazem o papel de policiamento oficial. São formadas por policiais militares, civis, agentes penitenciários e bombeiros, que ditam as regras e castigam quem sai da linha de comportamento traçada.

Esse tipo de organização, no início, conquista a confiança das comunidades, expulsando traficantes para criar uma sensação de segurança. Em seguida, passam a cobrar taxas e a exigir participação nos lucros de negócios ilegais, como transmissão irregular de TV a cabo e exploração de vans clandestinas.

No ano passado, 10 integrantes da chamada “Liga da Justiça”, entre eles um ex-deputado estadual e um ex-vereador, foram condenados pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio a 10 de reclusão por crimes, entre eles o de formação de quadrilha.

Os pedidos de liberdade provisória foram feitos ao juiz Fábio Uchôa, do 4º Tribunal do Júri da Capital. O magistrado ouviu seis testemunhas (de acusação e de defesa), na ação penal em que cinco membros da milícia são acusados de tentativa de homicídio contra Marcelo Eduardo dos Santos Lopes, gerente de uma cooperativa de transporte alternativo.

Os réus são os irmãos Natalino José Guimarães (ex-deputado estadual) e Jerônimo Guimarães Filho (ex-vereador). Além deles, respondem pelo crime Luciano Guinâncio Guimarães, Ricardo Teixeira da Cruz, “o Batman”, e Leandro Paixão Viegas, “o Leandrinho Quebra-Ossos”. A audiência durou cerca de três horas e meia.

Os depoimentos começaram por volta das 12h30 com a testemunha de acusação Fábio Gomes de Lara, que disse ser vizinho de rua da vítima Marcelo há 29 anos e que, no dia dos fatos, se encontrava em casa e ouviu cerca de quatro tiros.

Segundo comentários que se ouvia no local, um grupo de homens tentou matar a vítima. Fábio soube ainda que Marcelo fez uma denúncia porque estava sendo ameaçado pela “Liga da Justiça” e comentou também que já tinha ouvido falar da Cooperouro.

Em seguida, mais duas testemunhas falaram: o delegado de Polícia da 54ª DP, Antonio Silvino Teixeira, e o inspetor de Polícia da 43ª DP, Eduardo Pinto da Cunha. O primeiro disse que a vítima compareceu na DP na companhia de seu irmão Marcos e outras pessoas. Ela teria relatado que havia sido vítima de tentativa de homicídio praticado por Luciano, Ricardo e Leandro.

O delegado falou, ainda, que na denúncia, eles afirmaram que o grupo rival pertencia ao réu Jerônimo e



que a tentativa de homicídio teria ocorrido pelo controle do transporte alternativo na região.

Já Eduardo, o segundo depoente, afirmou que no dia do crime estava de serviço e que foi chamado ao local. E, chegando lá, constatou que foram disparados muitos tiros e, ao passar por uma padaria, diversas pessoas apontavam para um Meriva prata como sendo o carro de onde partiram os disparos.

O policial interceptou então o veículo e quando o mesmo foi parado desceram dele os réus Jerônimo e Natalino, ficando no interior outra pessoa. Os réus disseram que estava vindo de um outro local.

A defesa

O primeiro a depor do lado da defesa foi Irineu Antônio — treinador de cavalos em São Vicente, São Paulo. Ele disse ser amigo do réu Leandro desde 1994, quando ele era aprendiz de jóquei no Jockey Clube da Gávea. A testemunha falou que Leandro trabalha com ele desde 2005, em São Vicente, e que o réu se encontrava neste local desde meados de 2004, inclusive, no dia dos fatos.

Irineu explicou ainda que Leandro trabalha de domingo a domingo e que as corridas aconteciam sempre nos finais de semana. Ele não soube explicar, porém, se houve corrida de cavalos em São Vicente no dia 15 de junho de 2005, apenas que Leandro costumava visitar a família, que mora no Rio de Janeiro.

Logo após, o motorista Marcelo Teixeira da Cunha, que disse ter ido a 43ª DP em 2005 porque viu uma notícia no jornal dizendo que Marcelo, suposto diretor da Cooperouro, havia sido vítima de tentativa de homicídio. Como ele era o único diretor da cooperativa, foi até a delegacia para saber o que de fato estava acontecendo.

Marcelo disse que nunca havia ouvido falar no nome da vítima e que a sua cooperativa fazia o trajeto Rio da Prata, Vale Verde, Urucania, Palmares, Mangaratiba, Vila do Céu, todas direto a Campo Grande, bem como o itinerário Jardim Maravilha/Campo Grande.

O jornalista Marcos Alexandre de Souza Gomes, assessor de imprensa do ex-vereador Jerônimo, afirmou conhecer o político desde setembro de 2001. Em 2009, ele esteve no gabinete de sua filha, ficando lá até junho, sendo a sua base na Câmara Municipal, de onde é funcionário de carreira.

Ele comentou que o réu tinha um trabalho político muito grande na Zona Oeste, possuía um centro social na estrada Guandu/Sapê, em Campo Grande, e que era comum ir em inaugurações com seu staff.

Agora, a Justiça do Rio de Janeiro vai aguardar a manifestação do Ministério Público sobre o pedido da defesa para que seus clientes respondam ao processo em liberdade.

Date Created

25/07/2010